



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

54° EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

RIO DE JANEIRO (CAPITAL),
NITERÓI, DUQUE DE CAXIAS,
NOVA IGUAÇU E SÃO GONÇALO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2025 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) A doutrina propõe inúmeras classificações das constituições, as quais se baseiam nos mais diferentes critérios. Adotando o critério relativo à estabilidade ou abertura para alterações formais na Constituição, julgue as assertivas abaixo, indicando a alternativa INCORRETA:

- a) Constituições flexíveis são aquelas que podem ser alteradas da mesma maneira como se edita a legislação ordinária.
- b) Constituições rígidas são as que demandam um procedimento mais complexo para mudança dos seus preceitos do que o exigido para a elaboração da legislação infraconstitucional.
- c) Nas constituições semirrígidas, uma parte dos dispositivos é dotada de rigidez, razão pela qual a alteração desta parte demanda um procedimento mais complexo, e a outra não é, podendo ser modificada pelo legislador da mesma maneira como são elaboradas as leis ordinárias.
- d) A constituição imutável prevê hipóteses excepcionais de alteração de seu texto.
- e) Constituições super-rígidas são aquelas em que parte das normas constitucionais é dotada de rigidez, mas há elementos que não podem ser modificados de nenhuma forma.

2) Considerando as normas constitucionais, bem como a doutrina que estuda o Poder Constituinte Originário e o Derivado, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A teoria quanto à existência do Poder Constituinte Originário – superior aos poderes constituídos – foi elaborada teoricamente de forma mais aclarada e organizada na época da Revolução Francesa, por Emmanuel Joseph Sieyès, no livro “O que é o Terceiro Estado?”.
- b) A elaboração da Constituição Federal de 1988 foi expressão do Poder Constituinte Derivado, considerando que o país já teve outras constituições no passado.
- c) O titular do Poder Constituinte Originário é o povo, conjunto de pessoas vinculadas juridicamente a determinado Estado, e não a nação.
- d) A revisão, possibilidade de reforma da CRFB/88 apenas uma vez, cinco anos depois de promulgado texto constitucional, se afigura como exercício do Poder Constituinte Derivado.
- e) As emendas constitucionais estão submetidas a limites materiais, como por exemplo, normas tendentes a abolir os direitos e garantias individuais.

3) Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, o Supremo Tribunal Federal possui competência para processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, que poderá ser proposta, dentre outros legitimados:

- a) pelo Procurador-Geral do Estado.
- b) pelo Advogado-Geral da União.
- c) pela Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- d) pelo Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil.
- e) por partido político com representação na Assembleia Legislativa.

4) Sobre a organização do Estado e federação brasileira, é possível afirmar que:

- a) A CF/88 reproduziu o desenho federativo de constituições passadas, não dotando os municípios de autonomia e, por isso, os mesmos estão subordinados aos Estados e à União.
- b) Devido à sua soberania, os Municípios possuem participação expressa e efetiva nos órgãos formadores da vontade nacional, como por exemplo, no Congresso Nacional.
- c) Os Estados possuem a competência residual tanto para as competências político-administrativas, como para as legislativas.
- d) Não compete aos Estados, mas sim privativamente à União, instituir, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
- e) O Distrito Federal, dividido em Municípios, possui exclusivamente as competências atribuídas aos Estados.

5) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão:

- a) os serviços de transporte rodoviário intramunicipal.
- b) os serviços locais de gás canalizado.
- c) os serviços públicos de saneamento básico.

- d) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.
- e) os serviços e instalações de energia elétrica.

6) Tendo em vista as normas constitucionais sobre as funções essenciais à justiça e a jurisprudência do STF sobre tema, assinale alternativa incorreta:

- a) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal exercem a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- b) De acordo com o entendimento do STF, a instituição de Procuradorias municipais depende da escolha política autônoma de cada município, no exercício da prerrogativa de sua auto-organização.
- c) O modelo constitucional da atividade de representação judicial e consultoria jurídica dos Estados exige a unicidade orgânica da advocacia pública estadual, incompatível com a criação de órgãos jurídicos paralelos para o desempenho das mesmas atribuições no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta.
- d) As universidades estaduais podem criar e organizar procuradorias jurídicas, em razão de sua autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial.
- e) Os cargos de Procuradores dos Estados e do Distrito Federal é de livre nomeação e exoneração, não cabendo às Constituições Estaduais exigir concurso público para ingresso na carreira.

7) O processo legislativo pode ser definido como o conjunto de regras que visam a produção de normas em nosso ordenamento jurídico. Concluída a fase de discussão e votação, aprovado o projeto de lei, deverá ele ser encaminhado para a apreciação do Chefe do Executivo. O ato do Chefe do Poder Executivo que representa a concordância com o projeto de lei aprovado é chamado de:

- a) Promulgação;
- b) Publicação;
- c) Outorga;
- d) Sanção;
- e) Autorização.

8) Considerando as normas constitucionais sobre direitos fundamentais, bem como a jurisprudência da Corte Suprema correlata, qual dos cidadãos abaixo está CORRETO?

- a) Lucas disse que a previsão de cotas raciais para ingresso em universidades públicas é inconstitucional por violação ao princípio da igualdade.
- b) Aline defendeu a possibilidade de uma lei prever a possibilidade de um paciente do Sistema Único de Saúde (SUS) pagar para ter acomodações superiores ou ser atendido por médico de sua preferência.
- c) Maria informou que a liberdade de expressão no Brasil é ampla, protegendo, inclusive, discursos de ódio.
- d) Joaquim informou que a união estável entre pessoas do mesmo sexo é inconstitucional, pois a CF/88 fala expressamente em “homem e mulher”.
- e) Luiza informou que a tese da legítima defesa da honra em casos de feminicídio é inconstitucional por violar os princípios universais da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e da igualdade de gênero.

9) De acordo com as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil sobre a súmula vinculante, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula vinculante aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá mandado de segurança ao Supremo Tribunal Federal;
- b) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de maioria absoluta dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula vinculante.
- c) O Governador de Estado poderá provocar a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante.

- d) A partir da publicação da súmula na imprensa oficial, esta terá efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário, inclusive o Supremo Tribunal Federal, e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal;
- e) A súmula vinculante terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas acerca das quais haja controvérsia de órgãos da Administração Pública entre si, a qual acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

10) A respeito do princípio da impessoalidade e o da publicidade, selecione a alternativa INCORRETA:

- a) O princípio da impessoalidade está expressamente previsto na Constituição como de necessária observância pela Administração Pública.
- b) Um dos sentidos do princípio da impessoalidade é a circunstância de os atos da Administração Pública não serem imputados aos agentes que, em dado momento, ocupam determinada função, mas ao órgão ou entidade.
- c) Não viola o princípio da impessoalidade a atuação de agentes públicos vinculada a exclusivamente interesses pessoais, considerando que a Constituição garante a liberdade.
- d) De acordo com a Constituição, a publicidade dos atos públicos é a regra, sendo o sigilo apenas admitido para a preservação da intimidade e quando seja necessário à segurança da sociedade e do Estado.
- e) A publicidade é um dever constitucional que se destina a todos os poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

11) Por expressa previsão constitucional, o Sistema Tributário Nacional deverá observar os seguintes princípios, EXCETO:

- a) da simplicidade;
- b) da transparência;
- c) da justiça tributária;
- d) da defesa do meio ambiente;
- e) da ampliação da regressividade tributária.

12) De acordo com o art. 165 da CF/88, são leis orçamentárias:

- a) Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei de Orçamento Anual.
- b) Plano Plurianual, Lei Delegada e Lei de Orçamento Anual.
- c) Plano de desenvolvimento urbano, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei de Orçamento Anual.
- d) Medida Provisória, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei de Orçamento Anual.
- e) Plano Plurianual, Lei Delegada e Lei Complementar Federal.

13) De acordo com o artigo 41 da Constituição Federal de 1988, o servidor público estável pode perder o cargo em hipóteses específicas. Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE uma dessas hipóteses:

- a) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei ordinária, assegurada ampla defesa;
- b) em virtude de decisão judicial proferida por órgão judicial colegiado, ainda que pendente de recurso a decisão;
- c) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, sem necessidade de ser assegurada ampla defesa;
- d) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- e) por ato do Chefe do Poder Executivo, quando a medida for mais conveniente ao interesse público.

14) Sobre o Poder Executivo, é CORRETO afirmar que:

- a) As Forças Armadas são o quarto poder da República Federativa do Brasil, pois são independentes e autônomas ao Poder Executivo.
- b) Compete privativamente ao Presidente da República prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

- c) O Governador do Estado, ao contrário do Presidente da República, não pode editar medidas provisórias com força de lei, ainda que essa espécie legislativa conste da Constituição do Estado respectivo.
- d) Cabe ao Vice-Presidente convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.
- e) A Constituição Estadual poderá prever os tipos que configuram crimes de responsabilidade para fins de penalização do Governador de Estado.

15) Considerando a organização administrativa, as agências reguladoras são:

- a) Empresas públicas
- b) Órgãos públicos
- c) Sociedades de economia mista
- d) Autarquias
- e) Fundações Privadas

DIREITO CIVIL

16) Acerca das pessoas jurídicas, assinale a alternativa incorreta:

- a) São pessoas jurídicas de direito privado as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos e os empreendimentos de economia solidária.
- b) São pessoas jurídicas de direito público interno a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios, as autarquias, as fundações, as sociedades de economia mista e as empresas públicas.
- c) São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
- d) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- e) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

17) Acerca do domicílio, assinale a alternativa correta:

- a) A pessoa natural que tiver diversas residências, onde alternadamente viva, deverá declarar em qual delas possui domicílio, para todos os efeitos legais.
- b) A pessoa jurídica, com diversos estabelecimentos, terá como domicílio legal o local do primeiro estabelecimento registrado.
- c) O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; o do marítimo, onde o navio estiver matriculado; e o do preso, o lugar em que cumprir a sentença.
- d) A fixação de domicílio possui natureza jurídica de ato jurídico em sentido amplo (latu sensu).
- e) São bens públicos os de uso comum do povo, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.

18) Acerca da prescrição, assinale a alternativa incorreta:

- a) Segundo o Código Civil, quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva. Para tanto, é preciso que haja relação de prejudicialidade entre as esferas cível e penal – isto é, a conduta deve se originar de fato que também precisa ser apurado no juízo criminal -, sendo fundamental a existência de ação penal em curso ou ao menos inquérito policial em trâmite.
- b) Não corre a prescrição contra os relativamente incapazes e os absolutamente incapazes.
- c) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.

- d) A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- e) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.

19) Assinale a alternativa que traz uma hipótese em que o negócio jurídico é anulável:

- a) Negócio jurídico ilícito, impossível ou com objeto indeterminável.
- b) Negócio jurídico que tem como objetivo fraudar lei imperativa.
- c) Negócio jurídico celebrado por pessoa relativamente incapaz.
- d) Negócio jurídico não revestido de forma prescrita em lei.
- e) Negócio jurídico cujo motivo determinante, comum a ambas as partes, é ilícito.

20) Considerando as disposições constantes no Código Civil, assinale a alternativa incorreta acerca da teoria geral dos contratos:

- a) A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato.
- b) Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual.
- c) Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.
- d) Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar somente os critérios hermenêuticos clássicos para interpretação.
- e) Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

21) Sobre a resolução contratual por onerosidade excessiva, assinale a opção correta:

- a) Nos contratos de execução instantânea, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato.
- b) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, ainda que sem extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato.
- c) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos ordinários e previsíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato.
- d) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar minimamente onerosa, com pouca vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato.
- e) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato.

22) Acerca do instituto da boa-fé, assinale a alternativa incorreta:

- a) A chamada função interpretativa da boa-fé está prevista no art. 113 do Código Civil, segundo o qual os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- b) A chamada função integrativa da boa-fé está prevista no art. 422 do Código Civil, segundo o qual os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios da probidade e da boa-fé.
- c) A chamada função limitadora da boa-fé está prevista no art. 187 do Código Civil, segundo o qual também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

d) Os chamados deveres anexos da boa-fé são obrigações que surgem como consequência do princípio da boa-fé subjetiva. São deveres implícitos, cuja violação constitui espécie de inadimplemento, dependendo da aferição de culpa.

e) Uma das figuras parcelas mais importantes da boa-fé é o chamado *venire contra factum proprium*, que, na tradução literal, significa vir contra um fato próprio. Trata-se de regra proibitiva do comportamento contraditório, uma vez que não é razoável, à luz da boa-fé ou da confiança, admitir que uma pessoa pratique determinado ato e, em seguida, realize conduta diametralmente oposta, sem que haja uma justificativa válida para tanto.

23) Segundo os autores Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona, “Em geral, bem significa toda utilidade em favor do ser humano, conceito que não interessa diretamente ao Direito. Já em sentido jurídico, lato sensu, bem jurídico é a utilidade, física ou imaterial, objeto de uma relação jurídica, seja pessoal ou real” (Manual de Direito Civil: volume único / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho - 6. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2022. P. 192). O Código Civil traz algumas regras específicas no Livro II acerca dos bens. Quanto ao tema, assinale a alternativa correta:

a) Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

b) Considera-se móvel para os efeitos legais o direito à sucessão aberta.

c) Perdem o caráter de imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, ainda que com a finalidade de nele se reempregarem.

d) São consumíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, não sendo considerados como tais os destinados à alienação.

e) São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro. Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.

24) Acerca das obrigações solidárias, assinale a alternativa correta:

a) Cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.

b) A solidariedade sempre se presume, independentemente da existência de previsão legal ou contratual.

c) O pagamento feito a um dos credores solidários não extingue a dívida até o montante do que foi pago.

d) O credor que tiver remitido a dívida ou recebido o pagamento não responderá aos outros pela parte que lhes caiba.

e) Convertendo-se a prestação em perdas e danos, não subsiste, para todos os efeitos, a solidariedade.

25) Em tema de inadimplemento das obrigações, assinale a alternativa correta, nos termos do Código Civil:

a) Nas obrigações negativas o devedor é havido por inadimplente desde o dia em que executou o ato de que se devia abster.

b) Havendo termo, a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial

c) Salvo as exceções expressamente previstas exclusivamente em contrato, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar.

d) O valor da cominação imposta na cláusula penal pode sempre exceder o da obrigação principal.

e) O devedor sempre responderá pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior.

26) Em atenção à disciplina da Condição, do Termo e do Encargo, segundo o Código Civil, é incorreto afirmar:

a) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.

b) Têm-se por inexistentes as condições impossíveis, quando resolutivas, e as de não fazer coisa impossível.

c) Ao termo inicial e final aplicam-se, no que couber, as disposições relativas à condição suspensiva e resolutiva.

d) O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.

e) Ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, não é permitido praticar os atos destinados a conservá-lo.

27) Em relação ao ato ilícito e responsabilidade civil, dispõe o Código Civil que:

- a) Não comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
- b) Constitui ato ilícito os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido;
- c) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, não comete ato ilícito;
- d) Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem;
- e) As pessoas jurídicas de direito público interno não são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros.

28) Assinale a alternativa incorreta:

- a) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- b) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos.
- c) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, os pródigos.
- d) A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
- e) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-á morto, primeiramente, o mais novo.

29) Segundo o Código Civil:

- a) Se ambas as partes procederem com dolo, ambas poderão alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- b) Considera-se coação a ameaça do exercício normal de um direito e o simples temor reverencial.
- c) São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- d) Configura-se o estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- e) Ocorre a lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

30) Sobre o adimplemento das obrigações, assinale a alternativa incorreta, com base na disciplina do Código Civil:

- a) A pessoa obrigada por dois ou mais débitos da mesma natureza, a um só credor, tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento, se todos forem líquidos e vencidos;
- b) A sub-rogação transfere ao novo credor todos os direitos, ações, privilégios e garantias do primitivo, em relação à dívida, contra o devedor principal e os fiadores;
- c) Havendo ânimo de novar, expresso ou tácito mas inequívoco, a segunda obrigação confirma simplesmente a primeira;
- d) Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem;
- e) Extingue-se a obrigação, desde que na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31) Assinale a assertiva correta sobre o princípio do devido processo legal:

- a) não possui previsão expressa na Constituição Federal;
- b) permite que a lei crie qualquer espécie de procedimento, mesmo que suprima absolutamente o contraditório e a ampla defesa;
- c) nenhuma pessoa será privada da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;
- d) não se aplica aos processos de natureza administrativa, nos quais vigora a liberdade de forma;
- e) segundo a doutrina, o devido processo legal substantivo é inconstitucional.

32) De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, não é modalidade de intervenção de terceiros:

- a) A assistência.
- b) A denunciação da lide.
- c) O chamamento ao processo.
- d) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
- e) A contestação.

33) Acerca dos atos do juiz, assinale a alternativa INCORRETA, de acordo com o Código de Processo Civil:

- a) Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos;
- b) Não há diferença entre decisão interlocutória e sentença;
- c) Acórdão é o julgamento colegiado proferido pelos Tribunais;
- d) Possuem natureza de despacho todos os pronunciamentos do juiz praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte, sem conteúdo decisório;
- e) Ressalvadas as disposições expressas dos procedimentos especiais, sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos arts. 485 e 487 do CPC, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução.

34) Não é órgão integrante da estrutura judiciária nacional:

- a) o Supremo Tribunal Federal;
- b) os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;
- c) a Procuradoria Geral do Estado;
- d) o Superior Tribunal de Justiça;
- e) os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

35) Assinale a assertiva correta acerca do prazo para recorrer:

- a) a lei não prevê prazo para interposição de qualquer recurso;
- b) os prazos para recurso podem ser livremente arbitrados pela parte recorrente;
- c) quando for parte a Fazenda Pública, computar-se-á em dobro o prazo para recorrer;
- d) o prazo para a Fazenda Pública recorrer conta-se em décuplo;
- e) não existe previsão de prazo diferenciado para recorrer.

36) Assinale a assertiva incorreta acerca de competência processual:

- a) compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, inclusive as de natureza falimentar;
- b) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal;
- c) ao Superior Tribunal de Justiça compete julgar originariamente, via mandado de segurança, os atos emanados do próprio Tribunal;
- d) compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;
- e) à Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei.

37) De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, são condições da ação:

- a) legitimidade das partes e possibilidade jurídica do pedido;
- b) interesse processual e possibilidade jurídica do pedido;
- c) interesse processual e legitimidade das partes;
- d) litispendência e coisa julgada;
- e) citação válida e imparcialidade.

38) Com relação às prerrogativas processuais da Fazenda Pública em Juízo pode-se afirmar que:

- a) a Fazenda Pública possui prazo em dobro para se manifestar nos autos judiciais, incluindo processos nos Juizados Especiais Fazendários;
- b) a Fazenda Pública possui a prerrogativa de pagamento de custas processuais e emolumentos ao final do processo, caso seja parte vencida;
- c) os efeitos da revelia também se aplicam à Fazenda Pública;
- d) a Fazenda Pública possui prazo em quádruplo para contestar;
- e) as prerrogativas processuais da Fazenda Pública aplicam-se a todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta.

39) No que diz respeito à sentença, não haverá resolução do mérito quando o juiz:

- a) o juízo acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação;
- b) decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;
- c) homologar a transação;
- d) reconhecer a existência de preempção, de litispendência ou de coisa julgada;
- e) homologar o reconhecimento da procedência do pedido formulado na reconvenção.

40) Contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que, em única instância, denega mandado de segurança, caberá(ão) o(s) seguinte(s) recurso(s):

- a) recurso especial;
- b) recurso extraordinário;
- c) recursos especial e extraordinário;
- d) agravo de instrumento para o próprio Tribunal de Justiça;
- e) recurso ordinário.

LÍNGUA PORTUGUESA

Uma língua, múltiplos falares

No Brasil, convivemos não somente com várias línguas que resistem, mas também com vários jeitos de falar. Os mais desavisados podem pensar que os mineiros, por exemplo, preferem abandonar algumas palavras no meio do caminho quando perguntam “ôndôtô?” ao invés de “onde eu estou?”. Igualmente famosos são os “s” dos cariocas ou o “oxente” dos baianos. Esses sotaques ou modos de falar resultam da interação da língua com uma realidade específica, com outras línguas e seus falantes.

Todas as línguas são em si um discurso sobre o indivíduo que fala, elas o identificam. A língua que eu uso para dizer quem eu sou já fala sobre mim; é, portanto, um instrumento de afirmação da identidade.

Desde suas origens, o Brasil tem uma língua dividida em falares diversos. Mesmo antes da chegada dos portugueses, o território brasileiro já era multilíngue. Estimativas de especialistas indicam a presença de cerca de mil e duzentas línguas faladas pelos povos indígenas. O português trazido pelo colonizador tampouco era uma língua homogênea. Havia variações, dependendo da região de Portugal de onde ele vinha.

Há de se considerar também que a chegada de falantes de português acontece em diferentes etapas, em momentos históricos específicos. Na cidade de São Paulo, por exemplo, temos primeiramente o encontro linguístico de portugueses com índios e, além dos negros da África, vieram italianos, japoneses, alemães, árabes, todos com suas línguas. Daí que na mesma São Paulo podem-se encontrar modos de falar distintos, como o de Adoniram Barbosa, que eternizou em suas composições o sotaque típico de um filho de imigrantes italianos, ou o chamado erre retroflexo, aquele erre dobrado

que, junto com a letra i, resulta naquele jeito de falar “cairne” e “poirta” característico do interior de São Paulo.

Independentemente dessas peculiaridades no uso da língua, o português, no imaginário, une. Na verdade, a construção das identidades nacionais modernas se baseou num imaginário de unidade linguística. É daí que surge o conceito de língua nacional, língua da nação, que pretensamente une a todos sob uma mesma cultura. Esta unidade se constitui a partir de instrumentos muito particulares, como gramáticas e dicionários, e de instituições como a escola.

No Brasil, hoje, o português é a língua oficial e também a língua materna da maioria dos brasileiros. Entretanto, nem sempre foi assim.

Fonte: MARIUZZO, Patrícia. Uma língua, múltiplos falares. In Patrimônio Revista Eletrônica do IPHAN. Texto adaptado.

41) Considerando o conteúdo do Texto, podemos sintetizá-lo através das seguintes palavras-chave:

- a) Língua portuguesa; Brasil; São Paulo.
- b) Colonização; sotaques; portugueses.
- c) Brasil; sotaques; indígenas.
- d) Português; indígenas; negros.
- e) Língua portuguesa; falares; variedades.

42) Após a leitura e considerando o próprio título, o leitor possui elementos capazes de antecipar que o texto trata:

- a) de como a língua portuguesa, como qualquer outra língua, apresenta variedades.
- b) da herança linguística deixada por diferentes povos na cidade de São Paulo.
- c) do forte sotaque que caracteriza os falantes de algumas regiões, como o mineiro.
- d) da diversidade de povos indígenas que habitavam o Brasil antes da colonização.
- e) da importância da língua portuguesa como instrumento de afirmação da identidade.

43) “Os mais desavisados podem pensar que os mineiros, por exemplo, preferem abandonar algumas palavras no meio do caminho”. O autor quis indicar, com o termo destacado:

- a) dúvida.
- b) previsibilidade.
- c) permissão.
- d) possibilidade.
- e) obrigatoriedade.

44) De acordo com o texto, analise as informações apresentadas e marque a opção correta:

I – A heterogeneidade de falares é uma característica do português brasileiro, uma vez que os portugueses falavam uma língua bastante homogênea quando aqui chegaram.

II – Um dos fatores que contribuíram para a multiplicidade de falares no Brasil foi a vinda de falantes de português em diferentes momentos históricos.

III – Além da escola, alguns instrumentos, como gramáticas e dicionários, contribuem para que nós, brasileiros, imaginemos que temos unidade linguística.

IV – Foi a partir da chegada dos portugueses ao Brasil que o nosso país passou a caracterizar-se como um país multilíngue.

- a) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- b) Os itens I, II e IV estão incorretos.
- c) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.
- e) Todos os itens estão incorretos.

45) “A língua que eu uso para dizer quem eu sou já fala sobre mim; é, portanto, um instrumento de afirmação da identidade.” Nesse trecho, o termo destacado tem a função de explicitar uma relação semântica de:

- a) Condição.
- b) Explicação.

- c) Conclusão.
- d) Causalidade.
- e) Consequência.

46) “Estimativas de especialistas indicam a presença de cerca de mil e duzentas línguas faladas pelos povos indígenas.” Assinale a opção que reescreve a frase, sem alterar o sentido completo:

- a) Havia aproximadamente mil e duzentas línguas faladas pelos índios, calculam os especialistas.
- b) Especialistas têm a expectativa de que os povos de origem indígena sejam perto de mil e duzentos.
- c) As mil e duzentas línguas faladas pelos povos indígenas foram contadas por especialistas.
- d) A presença de especialistas entre os povos indígenas indica que estes falavam perto de mil e duzentas línguas.
- e) A previsão de especialistas é estimada em mais de mil e duzentas línguas indígenas faladas.

47) Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do texto abaixo:

_____ muitas mudanças neste projeto a serem sugeridas _____ construtora, principalmente quanto _____ regras do novo código de posturas municipais, mas o consenso entre você e o arquiteto pode identificar rapidamente _____ adaptações necessárias.

- a) Deve haver - à - às - as.
- b) Devem haver - a - às - as.
- c) Deve haver - a - as - às.
- d) Devem haver - à - as - as.
- e) Todas as opções são incorretas.

48) “A liberdade de imprensa e a liberdade de expressão são condições sine qua non para a democracia”. A expressão latina destacada, muito utilizada, significa:

- a) Pertinentes.
- b) Imprescindíveis.
- c) Irrelevantes.
- d) Preferenciais.
- e) Relevantes.

49) Assinale a opção que apresenta sujeito inexistente:

- a) Foram chamar o vizinho em cima da hora da festa.
- b) Costuma comprar tudo o que vê pela frente.
- c) Pintaram e bordaram na festa.
- d) Há muitas crianças desaparecidas no Brasil.
- e) Precisa-se de atendentes.

50) “A entidade está pedindo aos pais que adiem a compra de smartphones até que seus filhos tenham pelo menos 14 anos.”

No contexto empregado, a regência do verbo “pedir” seria:

- a) Verbo bitransitivo.
- b) Verbo intransitivo.
- c) Verbo transitivo direto e indireto.
- d) Verbo transitivo direto.
- e) Verbo transitivo indireto.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de autorização de uso de imagem e de reprodução dos bens culturais e documentos nº 37/2025.
PARTES: FTM/RJ e Sandra Nobre da Silva .
OBJETO: A FTM/RJ autoriza, obedecida a disciplina do art. 79 da Lei nº 9610, de 19/02/1998, a utilizar a imagem, respeitando todos os critérios de preservação do imóvel, das áreas comuns do Theatro Municipal, quais sejam: Escadaria Principal; Varandas; Foyer.
VALOR: Em contrapartida ao presente termo de autorização de Uso, obriga-se o AUTORIZATÁRIO o pagamento do valor de R\$100,00 (cem reais).
DATA DA ASSINATURA: 13/03/2025.
FUNDAMENTO: Lei nº 14.133/2021 e alterações, Lei complementar estadual nº 8/1977.
PROCESSO Nº SEI-180005/000224/2025.

Id: 2635454

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de autorização de uso de imagem e de reprodução dos bens culturais e documentos nº 36/2025.
PARTES: FTM/RJ e Cristiane Paes da Costa .
OBJETO: A FTM/RJ autoriza, obedecida a disciplina do art. 79 da Lei nº 9610, de 19/02/1998, a utilizar a imagem, respeitando todos os critérios de preservação do imóvel, das áreas comuns do Theatro Municipal, quais sejam: Escadaria Principal; Varandas; Foyer.
VALOR: Em contrapartida ao presente termo de autorização de Uso, obriga-se o AUTORIZATÁRIO o pagamento do valor de R\$50,00 (cinqüenta reais).
DATA DA ASSINATURA: 14/03/2025.
FUNDAMENTO: Lei nº 14.133/2021 e alterações, Lei complementar estadual nº 8/1977.
PROCESSO Nº SEI-180005/000201/2025.

Id: 2635455

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Permissão de Uso do Theatro Municipal do Rio de Janeiro
PARTES: FTM/RJ e Associação de Ballet do Rio de Janeiro - ABRJ
OBJETO: O Presente Termo de Permissão de Uso, em caráter eminentemente precário, tem por objeto o Theatro Municipal do Rio de Janeiro, sendo destinado exclusivamente para o EVENTO: "Ballet FLORESTA AMAZONICA, de Dalal Achcar", nos dias: 17, 18 e 19 do mês de março - montagem e ensaios; 19 do mês de março - ensaio geral - vespéral - 14 horas para escolas públicas, ONGs e Instituições; 20 e 21 do mês de março - Espetáculos 1 e 2 - Noturnos 20h; 22 do mês de março - Espetáculos 3 e 4 - vespéral e noturno - 16h/19h; e 23 do mês de março - Espetáculos 5 e 6 - vespéral e noturno - 16h/19h.
VALOR: Como contraprestação pela permissão de uso objeto deste Termo, a PERMISSONÁRIA pagará à FTM/RJ, por ocasião do ACERTO DE CONTAS, disciplinado na cláusula sexta, o percentual de 30% (trinta por cento) sobre a renda bruta obtida com a venda de ingressos.
VIGÊNCIA: A FTM/RJ e a PERMISSONÁRIA promoverão o necessário ACERTO DE CONTAS, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a realização do EVENTO objeto da presente permissão, perante a Diretoria Administrativa e Financeira da FTM/RJ, quando serão apresentadas todas as receitas obtidas com o EVENTO, bem como indicado o inadimplemento por parte da PERMISSONÁRIA, para fins de cobrança de eventual multa e também para as providências posteriores.
DATA DA ASSINATURA: 18/03/2025.
FUNDAMENTO: Lei nº 14.133/2021 e alterações, Lei complementar estadual nº 8/1977.
PROCESSO Nº SEI-180005/000215/2025.

Id: 2635459

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de autorização de uso de imagem e de reprodução dos bens culturais e documentos nº 31/2025.
PARTES: FTM/RJ e Nathalia Vasconcellos Cariello.
OBJETO: A FTM/RJ autoriza, obedecida a disciplina do art. 79 da Lei nº 9610, de 19/02/1998, a utilizar a imagem, respeitando todos os critérios de preservação do imóvel, das áreas comuns do Theatro Municipal, quais sejam: Escadaria Principal; Varandas; Foyer.
VALOR: Em contrapartida ao presente termo de autorização de Uso, obriga-se o AUTORIZATÁRIO o pagamento do valor de R\$100,00 (cem reais).
DATA DA ASSINATURA: 26/02/2025.
FUNDAMENTO: Lei nº 14.133/2021 e alterações, Lei complementar estadual nº 8/1977.
PROCESSO Nº SEI-180005/000152/2025.

Id: 2635460

Secretaria de Estado de
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO LEÃO XIII

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Segundo Termo de Apostilamento ao Contrato nº 03/2023
PARTES: Fundação Leão XIII e CS Brasil Frotas S/A
OBJETO: Concessão de reajuste contratual, relativo à Prestação de Serviços de Locação de Veículos de Serviço e Utilitários, para atender as demandas da FLXIII.
VALOR MENSAL DO CONTRATO REAJUSTADO: R\$ 14.326,96 (quatorze mil trezentos e vinte e seis reais e noventa e seis centavos)
DATA DA ASSINATURA: 21/03/2025
FUNDAMENTO: Art. 65, §8º da Lei nº 8.666/1993.
PROCESSO Nº SEI-310006/000357/2023.

Id: 2635587

Controladoria Geral do Estado

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
CORREGEDORIA GERAL DO ESTADO
SUPERINTENDÊNCIA DE RESPONSABILIZAÇÃO
DE AGENTES PÚBLICOS
1ª COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO
ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

EDITAL

O PRESIDENTE DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, nos autos do processo administrativo nº SEI-320001/002904/2024 - SEI-030001/053898/2024, tendo em vista o disposto no artigo 70 § 1º do Decreto-Lei 220, alterado pela Lei 1497/89 de 21/08/89, **CITA** pelo presente Edital a servidora **JACKE-**

LINE DE SOUZA FERNANDES, Identificação Funcional nº 41387333, Professor Docente II, Matrícula nº 5020760-4, Vínculo 01, para comparecer a Sede da referida Comissão, situada nesta Cidade, na Avenida Erasmo Braga, n.º 118, 12º Andar, Sala das Comissões, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Tel. 23331895, no horário das 10:00 as 15:00 horas (as quartas e sextas-feiras), no prazo de 10 dias, a partir da última publicação, quando terá vista dos autos na Sede da Comissão, a fim de apresentar DEFESA ESCRITA, em 2 vias, sob pena de REVELIA, por ter sido indiciada por transgressão ao art. 52, inciso V, § parágrafo 1º do Decreto-Lei n.º 220/75, Regulamentado pelo Decreto 2479/1979, alterado pela nova redação da Lei Complementar 85/96, por ter se ausentado do serviço, sem justa causa, por dez dias consecutivos, no período de 29/01/2024 à 07/02/2024, tudo conforme consta dos autos.

Id: 2635370

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
CORREGEDORIA GERAL DO ESTADO
SUPERINTENDÊNCIA DE RESPONSABILIZAÇÃO
DE AGENTES PÚBLICOS
3ª COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO
ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

EDITAL

O PRESIDENTE DA 3ª COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº SEI-320001/000202/2025, instaurado por força da Portaria CGE/CORREG Nº 1193, datada de 03/02/2025, publicada no DOERJ em 06/02/2025, tendo em vista o disposto no artigo 22, §4º da Lei Estadual nº 5.427/09 e aplicação analógica do artigo 75 do Decreto-Lei nº 220/75, **FAZ SABER** a servidora **ANA CLÁUDIA RIBEIRO DE OLIVEIRA,** Id. Funcional nº 3.026.838-9, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula nº 812.546-0, Vínculo 1, que ela está sendo notificada a comparecer à sede da Comissão Processante, situada na Avenida Erasmo Braga, 118, 12º andar, Sala das Comissões - Centro - Rio de Janeiro/RJ, e-mail mepereira@cge.rj.gov.br ou wfirmo@cge.rj.gov.br, telefone (21) 23331887, às quartas e sextas-feiras, no horário de 10 às 16 horas, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, a contar da primeira publicação do presente Edital, a fim de prestar esclarecimentos a respeito do PAD a que responde pela ausência ao serviço por 10 (dez) dias consecutivos, momento em que será oportunizada cópia do referido PAD.

Id: 2635132

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
CORREGEDORIA GERAL DO ESTADO
SUPERINTENDÊNCIA DE RESPONSABILIZAÇÃO
DE AGENTES PÚBLICOS
3ª COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO A
ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

EDITAL

O PRESIDENTE DA 3ª COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº SEI-320001/0002355/2024, instaurado por força da Portaria CGE/CORREG Nº1108, datada de 10/10/2024, publicada no DOERJ em 06/11/2024, para apurar abandono de cargo, tendo em vista o disposto no artigo 22, §4º da Lei Estadual n.º 5.427/09 e aplicação analógica do artigo 75 do Decreto-Lei nº 220/75, **FAZ SABER** a servidora **LUCIENE LORANDES ALMEIDA,** ID Funcional 4.381.916-8, Matrícula nº 0960.527-0, Vínculo 01, que está sendo notificada/convocada para comparecer à sede da Comissão Processante, situada na Avenida Erasmo Braga, 118, 12º andar, Sala das Comissões - Centro - Rio de Janeiro/RJ, e-mail mepereira@cge.rj.gov.br ou wfirmo@cge.rj.gov.br, telefone (21) 2333-1887, às quartas e sextas-feiras, no horário de 10 às 16 horas, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, a contar da primeira publicação do presente Edital, a fim de prestar esclarecimentos a respeito do PAD a que responde pela ausência ao serviço por 10 (dez) dias consecutivos, momento em que será oportunizada cópia do referido PAD.

Id: 2634693

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 1º Termo de Aditivo ao Contrato Nº 002/2024.
PARTES: Estado do Rio de Janeiro, por meio da Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, e a WEBTRIP AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI, inscrita no CPF/MF sob o nº 032.957.839-18.
OBJETO: Concessão de reajuste do valor contratual.
VALOR: R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 21/03/2025.
VIGÊNCIA: 12/06/2024 a 12/06/2025.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993.
PROCESSO Nº SEI-320001/000430/2024.

Id: 2635732

Secretaria de Estado de
Infraestrutura e Obras PúblicasSECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA
E OBRAS PÚBLICAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

***INSTRUMENTO:** 9º Termo Aditivo ao Contrato nº 019/2022.
PARTES: Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas - SEIOP e a Empresa CMAX Empreendimentos Concreto e Construção Ltda.
OBJETO: A Prorrogação de prazo de vigência do Contrato nº 019/2022, relativo à Execução de obra pública, com Vias à Implantação da Drenagem e Pavimentação de diversos Logradouros do Bairro Nova Belém, com elaboração de projeto executivo, no Município de Japeri/RJ.
DATA DE ASSINATURA: 26/02/2025
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR DO TERMO ADITIVO: A prorrogação não resultará alteração no valor do contrato.
FUNDAMENTO: no art. 191, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 57, § 1º, inciso I e IV, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações, para melhor adequação às finalidades de interesse público
PROCESSO Nº SEI-330018/000567/2021
 *Omitido no D.O. de 14/03/2025.

Id: 2635675

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA
E OBRAS PÚBLICAS
EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 01 ao Termo de Cooperação Técnica EMOP-RJ/SEPOL nº 035/2024.
PARTES: Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro e O Estado do Rio de Janeiro por meio da Secretaria de Estado de Polícia Civil.
OBJETO: Ajuste promovido no Plano de Trabalho com atualização e a prorrogação por mais 120 (cento e vinte) dias do prazo de execução do Termo de Cooperação nº 035/2024, perfazendo um total de 600 (seiscientos) dias, passando o seu término final para 31/05/2026, celebrado entre a EMOP e a SEPOL, visando a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia, para a execução da Reforma Delegacia Antissequestro - DAS, localizado no Afrânio de Melo Franco nº 175 - Leblon, município do Rio de Janeiro, RJ, de acordo com a atualização do Plano de Trabalho, visando o estabelecimento do valor a ser descentralizado para execução do objeto no ano de 2025, conforme recomendado pela SEPOL.
DATA DA ASSINATURA: 20/03/2025.
VALOR: Não há.
FUNDAMENTO: Processo nº SEI-360057/000178/2023.

Id: 2635683

FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES

AVISO

A COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES DA FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER/RJ, torna público a ABERTURA DE PROCEDIMENTO ELETRÔNICO DE DISPENSA para AQUISIÇÃO DE MADEIRA, através da proposta mais vantajosa, a serem utilizadas pela DIRETORIA DE OBRAS E CONSERVAÇÃO REGIONAL III da FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM em construções e reparos de pontilhões, observadas as especificações mínimas contidas no Termo de Referência, por dispensa de licitação, de acordo com Art. 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 e Art. 6º, Inciso II do Decreto Estadual nº 48.820/2023. Cujo o aviso do PED correspondente ao nº 36087
DATA DA DIVULGAÇÃO: 25/03/2025
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: 28/03/2025 às 10h:00
DATA DE ENCERRAMENTO DA DISPUTA: 28/03/2025 às 16h:00
PESQUISA DE PREÇOS: 01394/2025
CRITÉRIO: Menor preço por item.
FORMA DE APRESENTAÇÃO: As propostas poderão ser enviadas através do sistema SIGA
OBS: Todas as informações necessárias para a elaboração das propostas estão disponíveis no processo nº SEI-330002/028135/2024.

Id: 2635374

Secretaria de Estado de Segurança Pública

SECRETARIA DE ESTADO E SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO DE PREGÃO

AVISO

A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, por intermédio da Comissão de Pregão, torna público para ciência dos interessados, que realizará no Portal de Compras do Estado do Rio de Janeiro a licitação abaixo mencionada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025

OBJETO: Aquisição de microcomputadores (desktops) e computadores portáteis (notebooks), com garantia de funcionamento on-site pelo período de 60 (sessenta) meses, sendo apenas 36 (trinta e seis) meses de garantia para as baterias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 08/04/2025, às 10h30min.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08/04/2025, às 11h00min.
SESSÃO: 08/04/2025, às 11h00min.
PORTAL ELETRÔNICO: www.compras.rj.gov.br
PROCESSO Nº SEI-090001/001089/2024

Id: 2635435

Procuradoria Geral do Estado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

EDITAL

54º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS
AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E
DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

O CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, nos termos do art. 23 da Resolução PGE nº Resolução nº 5165, de 09.01.2005, divulga aos interessados o gabarito da Prova Objetiva: PROCESSO SEI-140001/090003/2024

DIREITO CONSTITUCIONAL:

- 1- D
- 2- B
- 3- C
- 4- C
- 5- B
- 6- E
- 7- D
- 8- E
- 9- C
- 10- C
- 11- E
- 12- A
- 13- D
- 14- B
- 15- D

DIREITO CIVIL:

- 16- B
- 17- C
- 18- B
- 19- C
- 20- D
- 21- E
- 22- D
- 23- E
- 24- A
- 25- A
- 26- E
- 27- D
- 28- E
- 29- C
- 30- C

DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

- 31- C
- 32- E
- 33- B
- 34- C
- 35- C
- 36- A
- 37- C
- 38- B
- 39- D
- 40- E

LÍNGUA PORTUGUESA:

- 41- E
- 42- A
- 43- D
- 44- D
- 45- C
- 46- A
- 47- A
- 48- B
- 49- D
- 50- E

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no prazo de dois dias úteis subsequentes à publicação do presente edital. Os recursos serão recebidos **somente** no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua do Carmo, 27, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 10:00 às 16:00 horas.

Id: 2635633

Serviço de Atendimento ao Cliente da

Imprensa Oficial do
Estado do Rio de Janeiro
0800 - 284 4675